

Podem pessoas transgêneras ocuparem banheiros públicos?.

Placas de banheiro e suas regulações de corpos dissidentes

Felipe Grassine^(*)

Resumo: Em face ao aumento das discussões que se referem à gênero, performatividade, corporeidade, sexualidade e dos diversos casos de LGBTQIA+fobia no Brasil que envolvem não só a morte mas também impeditivos de ocupar lugares negados a pessoas dissidentes. Esta escrita propõe observar e refletir questões sobre como o design atua a favor da vigilância cisheteronormativa, que constantemente puni corpos dissidentes, a fim de colocar e reforçar um lugar na margem da sociedade. Trazendo como recorte e uma exemplificação de um dos vários meios de abjeção, as placas de banheiro tem funcionado com meio de regulação de corpos, permitindo apenas que corpos congruentes com a cisheteronormatividade e binaridade ocupem esses lugares. Seguindo a reflexão e crítica, é perceptível também que imageticamente as placas também demonstram um ser universal quando a figura representante da placa masculina não possui adorno e do banheiro feminino sim, reforçando esse desvio do ser universal. Assim, além de refletir, esta escrita também intenciona uma queerização, ou seja, uma crítica e subversão das práticas ao se fazer e pensar design. Intenciono nessa escrita usar meios narrativos e ilustrativos no decorrer deste artigo.

Palavra chave: banheiros públicos - placas de banheiro - questões de gênero - corporeidades - design gráfico

[Resumos em inglês e espanhol na página 125]

^(*) É uma pessoa trans não binária, militante, brasileira. Doutoranda em design, Mestre em design pela Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI/UERJ) e graduada em projeto de produto pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Seu foco e interesse de pesquisa é sobre questões de gênero, opressões, novas visualidades, corporeidades, transgeneridade e travestilidade.

Introdução: Banheiro para quem?

Estabelecimentos tais como restaurantes, bares, escolas, academias, entre outros, historicamente lidam com a tarefa de identificar banheiros de uso público de modo a evidenciar a distinção de gêneros. São infinitas variedades de “soluções” gráficas informacionais, produzidas em diferentes materiais e diversas personalizações que são comercializadas em escala ou produzidas de forma mais manual. As placas de identificação compõem um universo sógnico criado tanto por designers gráficos e profissionais atuando em projetos de sistemas de sinalização, quanto não designers, muitas vezes os próprios donos dos estabelecimentos, artistas ou artesãos locais.

As placas dos banheiros em locais públicos revelam a divisão desses lugares pela lógica binária e cisheteronormativa, demarcando, por meio de imagens, palavras e símbolos, os territórios legitimados socialmente do masculino e do feminino, tendo como fundamento a concepção universalista e falaciosa do binário homem/mulher.

A análise da cisgeneridade e heteronormatividade enquanto conceito é importante na medida em que nasce de um movimento de resistência à dominação cisnormativa com a função de desnaturalizar a cisgeneridade, propondo a compreensão desta enquanto possibilidade e não regra. Além disso, coloca em perspectiva e evidencia o sistema que (re)produz a opressão ao invés de debater atributos do grupo que sofre a opressão.

Pessoas são seres integrados a contextos sociais marcados pela cultura e cada cultura apresenta regras e condutas prescritivas, com a finalidade de regular, disciplinar e controlar práticas sociais de acordo com padrões normatizados. Segundo Foucault (2012), o sexo é peça central nesta dinâmica, uma vez que

(...) servimo-nos dele [do sexo] como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes, foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância. (...) De um polo a outro dessa tecnologia do sexo escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (Foucault, 2012, p. 159).

Assim, os discursos de conformação do sexo, enquanto produtos de mecanismos de produção da verdade, visam a regulação e o controle dos corpos e das subjetividades por meio da padronização dos modos de ser e agir das pessoas. De acordo com Preciado (2011), a sexopolítica:

é uma das formas dominantes de ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (Preciado, 2011, p.11).

À serviço de tal controle está a cisheteronormatividade ao normatizar, legitimar e privilegiar a heterossexualidade como constitucional e natural aos seres humanos, respondendo com repressão e marginalização aos comportamentos e desejos que não se submetem à norma heterossexual (Cohen, 1997). Pensando no contexto sobre regulações a partir do banheiro e sua iconografia, isso desvela conflitos e contradições, evidenciando esse buraco entre a classificação normativa padrão e o reconhecimento do efetivo direito de uso dos banheiros públicos segundo a identificação de gênero de cada pessoa.

Atualmente existe um Projeto de Lei 5008/20¹, que proíbe expressamente a discriminação baseada na identidade de gênero em banheiros, vestiários e assemelhados, nos espaços públicos, estabelecimentos comerciais e demais ambientes de trabalho. No Supremo Tribunal Federal (STF), um processo questiona se pessoas trans podem usar o banheiro público designado para o gênero com o qual se identificam. A ação começou a ser julgada em 2015 no Recurso Extraordinário 845.779-SC (Rosa, 2020) , depois de Luiz Roberto Barroso e Edson Fachin votarem a favor, o ministro Luiz Fux pediu vista e o julgamento encontra-se parado.

Nesse contexto, pessoas trans, terminologia escolhida para referenciar pessoas travestis, transexuais e transgêneros (Alves, 2017), denunciam os limites das marcações normativas de classificação, pois seus corpos ambíguos não se enquadram (Butler, 2016) e embaralham (Louro, 1997) as normas de gênero. A desconexão entre o nome, a identidade de gênero e a estética corporal é motivo de sofrimento psicossocial, pois desencadeia, muitas vezes, ações de preconceito e discriminação transfóbica, entre elas a proibição do uso de determinados banheiros por pessoas trans.



Figura 1: Painel com prints de notícias retirados do Google.

Para exemplificar e justificar a escrita deste texto, trouxe um dos diversos casos que envolvem as temáticas abordadas — LGBTIAPN+fobia, banheiro, estereótipos — nesse texto, a reportagem trazida pela página digital G1, em 25/02/2019 com o título: “Lésbica, auxiliar de limpeza consegue na Justiça direito de usar banheiro feminino no trabalho”, traz a história da Thais de Paula Cyriaco que havia sido impedida de entrar no banheiro depois que a aparência (lida socialmente masculina) dela incomodou outros funcionários de onde trabalha. A estereotipação de gênero, de ícones, índice e símbolos só corroboram para mais casos como o da Thais. Abaixo mostra um painel de capturas visuais tiradas da primeira e segunda página do Google, após pesquisar: Transfobia em banheiro público.

Neste texto, no âmbito da discussão em busca de uma equidade de gênero, se identifica nas placas dos banheiros públicos, um potente argumento de problematização, pois o uso do banheiro binário permanece como um grande desafio para pessoas trans. Desse modo, um ato que deveria ser prosaico, como usar o banheiro, é, muitas vezes, uma situação absolutamente constrangedora a pessoas trans, especialmente àquelas com baixa passabilidade.

Ao discutir sobre o tema, Cavalcanti (2016) se utiliza de uma régua regulatória que definiria níveis de feminilidade e masculinidade das performances de gênero. Quanto menos “passável”, ou seja, quanto menos você supre uma necessidade estética regularizadora social e binária sobre aquela performance de gênero, maior constrangimento para decidir qual banheiro usar, sendo comum ouvir relatos de pessoas trans que deixam de usar banheiros públicos. Quanto mais a pessoa trans se parece com uma pessoa cis, menos violências vai viver, mas ao estabelecer como objetivo último a possibilidade de “passar por cis”, a experiência da passabilidade como horizonte normativo acaba por definir e aplicar valores aos corpos e, por conseguinte, aos próprios sujeitos, explicitando relações de hierarquia. Jota Mombaça (2001) retrata sobre o problema dessa relação hierárquica na perspectiva dominante de submissão a um padrão.

[...] o problema da subalternidade não se resolve por meio de ajustes localizados na economia estruturalmente desigual do mundo como o conhecemos, mas, isto sim, pela abolição global do binário subalternidade-dominância. Em outras palavras, reposicionar os corpos, subjetividades e vidas subalternizadas fora da subalternidade é um projeto que só pode ser levado a cabo na medida em que reposicionamos também os corpos, subjetividades e vidas privilegiadas fora da dominância (MOMBAÇA, 2001, p.40)

As pessoas trans, como se sabe, são pensadas, muitas vezes, em uma zona de abjeção, conceito já explicado anteriormente, mas que é usado aqui no sentido de Butler, como aquelas zonas onde estariam os corpos que não importam (Butler, 2003, 2005), mas, se quisermos ver, perceberemos que elas explicitam o fato de que as masculinidades e as feminilidades não são naturalizadas; elas embaralham justamente a concepção binária do gênero. Em um discurso universalista da Medicina, que se propaga como pensamento social, uma pessoa trans é apenas quem realizou ou deseja realizar a cirurgia de redesignação sexual, que consiste em remodelar os órgãos sexuais de pessoas transgêneras. Isso significa que, para homens trans, esse procedimento consiste na reconstrução do pênis no lugar da vagina. No caso das mulheres trans, acontece a amputação do pênis e construção da vagina.

No entanto, na experiência cotidiana, há pessoas que vivem diferentes experiências de ser trans, e todas elas deveriam ter o direito de ser chamadas como quiserem e de usar o banheiro que identificam como adequado a seu gênero, ou apenas usarem banheiros sem marcação de gênero, pois não teria um ícone como régua binária marcadora e sinalizadora do que é ser homem e mulher.

As portas dos banheiros públicos carregam um símbolo (feminino ou masculino), que é uma interpelação de gênero, como se o banheiro fosse um lugar mais próprio para refazer o gênero do que para fazer necessidades fisiológicas. Em um banheiro público feminino, por exemplo, as próprias mulheres atuam como fiscais de gênero: se existe a suspeita de que uma pessoa tem um pênis, esta se torna imediatamente alvo de vigilância das usuárias. Na sequência, as mulheres buscam pistas da ambiguidade do corpo, como cabelo curto, roupas pouco femininas, ausência de maquiagem, forma de andar, entre outras. Tudo em busca de garantir que apenas mulheres ditas verdadeiras possam usar o banheiro feminino. Mas, afinal, o que seria uma mulher verdadeira? Butler nos diz que a performatividade destaca a constituição do gênero como atos, gestos, representações ordinariamente constituídas. Ou seja, através da performatividade trata-se pensar o gênero no fazer-se e constituir-se temporal. (BUTLER, 2006) Mas será que suprir todos os quesitos da performatividade tornaria alguém verdadeiramente mulher ou homem?

Pessoas trans ou mesmo aquelas que não sejam suficientemente femininas ou masculinas para o padrão hegemônico continuam sendo vistas como menos humanas, haja vista o constrangimento na escolha do banheiro ou na possibilidade de permanência no banheiro escolhido. No fim das contas, talvez essas conquistas sejam importantes para reiterar a existência dessas pessoas, mas o fazem com base na normatização dessa existência, e essa norma se mantém dentro de uma matriz binária e heterossexual.

Apesar de essa norma ser binária e heterossexual — que patologiza o ambíguo e, de acordo com Preciado (2017b), inventa a divisão sexual binária, construindo, de forma absolutamente artificial, o que chama de normalidade —, a experiência revela que há uma infinidade de vidas que escapam do binarismo. Para Halberstam (1998), aliás, o banheiro revela exatamente essa multiplicidade de experiências, pois a quantidade de vezes que mulheres que se apresentam como desviantes de gênero são confundidas nos banheiros públicos, mostra a um só tempo, como o gênero é policiado dentro dos banheiros e como não há um único padrão de mulher.

Design e iconografia como passe de regulação

No processo da prática em fazer design existe uma preocupação com as necessidades e anseios do público-alvo, e cabe ao designer decodificar estas necessidades, agregadas a um complexo conjunto de significados do contexto em que eles estão inseridos. As características inscritas no produto vão além da tecnicidade e funcionalidade, incluindo também conceitos socioculturais e valores individuais.

Devemos então, considerar o aspecto subjetivo dos produtos e sua capacidade de comunicação com o usuário, levando em conta que sua configuração é realizada por um

designer que é sujeito integrante de uma realidade sociocultural. É possível então deduzir que um objeto não é formado apenas por fatores funcionais práticos, mas que funcionam também como símbolos. A preocupação com os problemas sociais raramente é posta como foco na criação de produtos, embora a cultura material tenha a capacidade de amenizá-los ou intensificá-los, pois os objetos possuem significado (Machado e Merkle, 2010).

Adrian Forty (2008) exemplifica as metáforas das características de gênero na arquitetura, mais especificamente no formato das colunas gregas. A aparência da coluna dórica era considerada masculina, mais grave, sem ornamentos; a ordem jônica é esbelta e feminina como uma donzela; já a ordem coríntia apresenta a sensualidade de uma cortesã (Forty apud Wotton, 1964). Nesta metáfora de gênero, estão estabelecidos ideais distintos de masculinidade e feminilidade. A restrição dessas características a cada gênero veio a se apoiar em teorias científicas que também foram construídas para justificar a diferenciação sexual das capacidades de cada um, atribuindo tanto a homens quanto mulheres atividades e produtos específicos que reforçam tais características.

As placas dos banheiros em locais públicos revelam a divisão desses lugares pela lógica binária e cisheteronormativa. Uma pessoa que tem um corpo com pênis, mas que se apresenta com um nome feminino, que tem documentos com a explicitação de seu nome social ou documentos civis nos quais está registrado um nome feminino e que está vestida com roupas femininas é impedida de usar o banheiro feminino, ou uma pessoa que se identifica como homem, traz em seu corpo marcas estéticas consideradas masculinas, mas que não tem um pênis, e sim uma vagina será igualmente impedida de entrar em banheiro masculino ou será policiada (e, algumas vezes, denunciada) por outras pessoas que parecem estar ali para policiar o gênero (Halberstam, 1998; Preciado, 2017). Ou seja, as pessoas que julgam, estão exercendo um juízo moral de valores a partir da expectativa normativa.

São raros os espaços públicos, nas cidades brasileiras, onde possam ser encontrados banheiros sem indicação de sexo ou que estampem placas que apontam para ambos os sexos. E, isto revela o hiato entre a nomeação e o reconhecimento do efetivo direito de uso dos banheiros públicos segundo a identificação de gênero. Isso faz pensar que há ainda uma pressão social para o exercício do binarismo de gênero como condição para a livre circulação em lugares públicos.



Figura 2: Iconografia clássica para sinalização de banheiros públicos

Interessante também observar que, além das placas “masculino” ou “feminino” dos banheiros, há uma variedade de expressões gráficas, para além das palavras, usadas para interpelar o gênero e que revelam a força de marcação cisheteronormativa e binária no imaginário social. As placas dos banheiros oferecem a materialidade da organização binária da sociedade. Os corpos que não se adequam a tal ordem binária são proscritos, descartados, não têm lugar. Os banheiros revelam os corpos no espaço construído para ocultá-los.



Figura 3: Iconografia clássica para sinalização de banheiros públicos ressaltando cores e elementos binários

O falocentrismo (Butler, 2003), como instituidor da matriz cisheteronormativa, tem papel importante em algumas representações de feminino e masculino nas placas de banheiro. O corpo da mulher é marcado com base num discurso masculino, sendo o corpo do homem em estado de fusão com o universal. Com isso, vale ressaltar que a diferenciação entre homem e mulher se dá por meio do vestido que demarca o pictograma feminino, o que aponta a dependência das convenções sociais. E, tornando o pictograma masculino, como o ser humano a ser alcançado por não ter nada acrescentado, de modo que o homem é tomado como padrão, e a mulher como desvio desse padrão, conforme argumentam Lupton e Miller (2011).



Figura 4: A demarcação de gênero em ícones. Fonte: DOBSON; DOBSON, 2017.

A desnaturalização das categorias sexo, corpo, natureza, biologia, dentre outras possíveis, indica o percurso urgente de historicização das oposições binárias que garantem a coerência dos sistemas de diferenciação em locais, oportunizando a elaboração de teorias que atravessam os diversos corpos, sem aliança com os essencialismos, mas posicionadas de forma crítica diante de um questionamento irresponsável do sujeito, caminhando para elaboração de uma proposta de genealogia política das ontologias capazes de desconstruir a substancialização dos gêneros, desmembrando seus atos constitutivos e localizando-os no interior das estruturas compulsórias estritamente policiadas (Butler, 2013; Haraway, 2004). Quando uma pessoa é estigmatizada com base em uma hipotética e fantasiosa relação entre identidade de gênero e características do corpo, este deixa de ser um meio para ser um fim em si mesmo, como um processo social de genitalização das pessoas. Ao reduzir a legibilidade atribuída a alguém com base em seus órgãos genitais, abandona-se a pluralidade da diversidade humana fazendo uso de um argumento essencialista e violentamente punitivo.

Conclusão

Entendo que o designer não possui tanta autonomia por ser um profissional interdisciplinar, mas entendo que o fazer design carrega responsabilidades em seus projetos, como propor maneiras de resgatar da abjeção corpos negados socialmente. Acima de tudo, carrega a responsabilidade de não ser excludente e nem de engendrar projetos que coloquem corpos na zona de abjeção. Não há mais possibilidades de utilizar formas masculinizadas como padrão métrico, representacional e universal. A necessidade de rever o design como ferramenta social é urgente.

A resposta para a pergunta feita no subtítulo, “Banheiro para quem?” deveria ter como resposta: TODES. Mas é necessário mudanças como as que faço hoje, como diz Jota Mombaça, o preço de destruir toda merda que nos constrange é demorar tempo demais até notar que a explosão também te deixa destruída (Mombaça, 2021) . Porém é preciso persistir, porque antes feridas do que mortas, as cicatrizes curamos ao longo das batalhas, para assim desfazer o que a sociedade cisheteronormativa binária quer nos tornar. Banheiro é para todes, direito é para todes, vida é para todes. Corpes são plurais.

Referências Bibliográficas

- ALVES, C. E. R. (2017). *Nome sui generis o: nome (social) como dispositivo de identificação de gênero*. Belo Horizonte: PUC Editora.
- BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and Subversion of Identity*. New York: Routledge, 2006

- BUTLER, J. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAVALCANTI, C. (2016). *Sobre nós (des)organizados: pesquisa-intervenção em Psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans* na UFPE*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.
- COHEN, C.J. (1997). Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics? In: *GLQ - A Journal of lesbian & gay studies* v.3, Canada: Overseas Publishers Association.
- DOBSON, T; DOBSON, S. *Tip of the icon: Socially Symbolic Indexal Signage*. *Dialectic*, v. 1, n. 1, p. 61-90, 2017.
- FORTY, A. Masculino, feminino ou neutro? In: *Arte & Ensaios*, Escola de Belas Artes, UFRJ. Rio de Janeiro, 2008. p. 134-143.
- FOUCAULT, M. (2012). *História da sexualidade I : a vontade de saber*; trad. de Maria Thereza da Costa e J.A. Guilhon Albuquerque (22ªed). Rio de Janeiro: Graal.
- HALBERSTAM, J. *Female masculinity*. Durham & London: Duke University Press, 1998
- HARAWAY, Donna. *Gênero para um dicionário marxista*. *Cadernos Pagu*, v.22, p.201-246, janeiro-junho, 2004.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexo e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. 1. esd. - Rio de Janeiro, Cobogó, 2021.
- NASCIMENTO, L. *Transfeminismo. Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandarai, 2021
- PRECIADO, P. B. Basura y género. Mear/cagar, masculino/femenino. In *El museo apagado pornografía, arquitectura, neoliberalismo y museos* (pp. 1-3). Buenos Aires: Malba, 2017,
- PRECIADO, P.B. *Multidões queer: Notas para uma política dos anormais*. Estudos feministas. Florianópolis. 2017.

Resumen: Ante el aumento de discusiones referidas a género, performatividad, corporalidad, sexualidad y los diversos casos de LGBTQIA+fobia en Brasil que involucran no sólo muerte sino también impedimentos para ocupar lugares negados a personas disidentes. Este escrito se propone observar y reflexionar sobre cuestiones sobre cómo el diseño actúa a favor de la vigilancia cisheteronormativa, que castiga constantemente a los cuerpos disidentes, con el fin de colocar y reforzar un lugar en los márgenes de la sociedad. A modo de extracto y ejemplificación de uno de los diversos medios de abyección, los letreros de baño han funcionado como un medio para regular los cuerpos, permitiendo que solo cuerpos congruentes con la cisheteronormatividad y la binaridad ocupen estos lugares. Siguiendo la reflexión y crítica, también se nota que visualmente las placas también demuestran un ser universal cuando la figura que representa la placa masculina no tiene adorno y el baño femenino sí, reforzando este desvío del ser universal. Así, además de reflexionar, este escrito también pretende queer, es decir, criticar y subvertir prácticas a la hora de hacer y

pensar el diseño. Al escribir este artículo, tengo la intención de utilizar medios narrativos e ilustrativos a lo largo de este artículo.

Palabra clave: baños públicos - letreros de baño - cuestiones de género - corporeidades - diseño gráfico

Abstract: In view of the increase in discussions referring to gender, performativity, corporeality, sexuality and the various cases of LGBTQIA+phobia in Brazil that involve not only death but also impediments to occupying places denied to dissident people. This writing proposes to observe and reflect on questions about how design acts in favor of cisheteronormative surveillance, which constantly punishes dissident bodies, in order to place and reinforce a place on the margins of society. Bringing as an excerpt and an exemplification of one of the various means of abjection, bathroom signs have functioned as a means of regulating bodies, only allowing bodies congruent with cisheteronormativity and binarity to occupy these places. Following the reflection and criticism, it is also noticeable that visually the plaques also demonstrate a universal being when the figure representing the male plaque does not have an adornment and the female bathroom does, reinforcing this deviation from the universal being. Thus, in addition to reflecting, this writing also intends to queer, that is, to criticize and subvert practices when doing and thinking about design. In this writing, I intend to use narrative and illustrative means throughout this article.

Keywords: public bathrooms - bathroom signs - gender issues - corporeities - graphic design

[Las traducciones de los abstracts fueron supervisadas por su autor]
